

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmos Sra. e Srs. Vereadores

Exmos. Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia

Exmos. Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal

Senhoras e Senhores

Ao assinalar os 40 anos do 25 de Abril, e fazendo-o aqui no salão nobre do Município, quero centrar estas minhas palavras naquela que foi, e é ainda, uma das mais importantes conquistas da Revolução de Abril – o Poder Local Democrático.

E falar do Poder Local Democrático, em primeiro e mais destacado lugar, os muitos homens e mulheres que foram os seus construtores e os seus protagonistas nesta quatro décadas.

Desde os primeiros, aqueles que expulsaram os fascistas das Câmaras e das Freguesias, constituindo as comissões administrativas e dando aí início à exaltante obra transformadora levada a cabo pelas autarquias. É depois falar daqueles que, de 1976 até agora, primeiro como candidatos que logo nessa condição se envolvem na participação cívica, e depois de eleitos através do exercício dos seus mandatos dão expressão a esta que é a forma mais próxima e directa do exercício da democracia.

Mas falar do Poder Local Democrático não é só falar dos autarcas. É também necessário realçar a importância do movimento popular e dos seus organismos populares de base, para destacar o papel determinante que teve na primeira fase de construção e consolidação do Poder Local e para referir que mantém até hoje uma significativa vitalidade.

E é necessariamente falar dos trabalhadores das autarquias, do seu papel único e imprescindível para a concretização das políticas autárquicas e para a prestação do Serviço Público.

Os que estamos hoje nas autarquias somos herdeiros de quatro décadas de um trabalho colossal dirigido ao desenvolvimento das nossas comunidades e à melhoria da qualidade de vida das populações.

Para compreender a dimensão do percurso andado, é necessário não esquecer o ponto de que partimos. Em 1974 o Concelho da Moita estava em grande parte desprovido das condições mínimas necessárias à qualidade de vida urbana. Também do ponto de vista socioeconómico não se pode omitir que a maioria da população era constituída por operários, quer das grandes empresas da região, quer das indústrias sedeadas no Concelho, caracterizadas estas pela mão-de-obra intensiva e pouco qualificada. Nem se pode esquecer que o Concelho acolheu milhares de pessoas vindas das ex-colónias, grande parte das quais com muito baixa condição económica.

É necessário ter em conta que, mesmo nas povoações mais antigas, eram inúmeras as carências de infraestruturas básicas como o abastecimento de água e de electricidade, o saneamento, os arruamentos, a recolha do lixo. É bom lembrar que na Baixa da Banheira, para dar um exemplo, não existia qualquer jardim ou qualquer equipamento público de lazer, desporto ou cultura. Mas mais grave ainda era a proliferação, em diversas e significativas áreas do Concelho de bairros de origem clandestina, completamente desordenados e sem qualquer tipo de infraestruturas.

Dotar todo o território do Concelho dos serviços urbanos indispensáveis foi, correctamente, a primeira opção das autarquias democráticas, que meteram mãos a uma obra de tal monta que só agora nos aproximamos a passos largos da sua conclusão.

Mas não é só a este nível mais básico que se faz sentir a acção das autarquias. As transformações de índole social, desportiva e cultural, alcançadas em estreita ligação com o movimento associativo constituem das mais profundas mudanças operadas pelo Poder Local.

E, para não me alongar, refiro apenas de passagem a importância determinante da acção das autarquias no ordenamento do território, na preservação ambiental, na valorização do património cultural e em muitas outras áreas.

É necessário referir que a obra do Poder Local tem sido conseguida em circunstâncias que foram quase sempre adversas. A visão e as práticas centralistas dos governos e das diversas instâncias do Estado foi sempre dominante ao longo destes anos e daí decorreram sempre diversas limitações à actuação das autarquias, de que destaco o insuficiente financiamento, face não apenas às necessidades como também às próprias atribuições legais a par de limitações várias à autonomia municipal.

Para além das consequências gravosas que teve no Concelho e nos seus habitantes o processo de desindustrialização ocorrido na região, que significou o desaparecimento dos sectores tradicionais da economia local, bem como dos principais empregadores de milhares de operários residentes no Concelho. E para além da ausência continuada de investimento e acções da responsabilidade da administração central que não corresponde nem às suas obrigações nem às necessidades da nossa população e do desenvolvimento do concelho e da região.

40 anos depois de iniciada a Revolução de Abril, o nosso país e, por consequência, o nosso Concelho, vivem hoje o mais difícil e complexo momento desde o 25 de Abril de 1974.

Os próximos anos não se antevêm fáceis mas as linhas estratégicas que orientam a nossa intervenção estão claras e traçam um rumo do qual não nos deixaremos desviar.

É pelos valores de Abril que nos guiamos e neles encontramos a confiança de que seremos dignos continuadores da obra do Poder Local Democrático na construção de um Concelho melhor para viver e trabalhar.